

A emancipação do Brasil entre histórias e historiografias

The emancipation of Brazil between histories and historiographies

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 434 p.

Adriana Barreto de Souza

Professora
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
adrianaabarreto@gmail.com
Rua Soares Cabral 59/203 – Laranjeiras
22240-070 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Palavras-chave

História do Brasil; Historiografia brasileira; Independência.

Keywords

History of Brazil; Brazilian historiography; Independence.

240

Enviado em: 15/3/2011

Aprovado em: 3/4/2011

A historiografia brasileira possui alguns importantes balanços e avaliações sobre a produção dedicada à história do Brasil como parte de um esforço sistemático para rever e discutir temas de pesquisa. O primeiro empreendimento realizado nesse sentido, e que se reconhecia como tal, foi o nosso clássico *História Geral da Civilização Brasileira*, cuja publicação teve início em 1960, e visitaria em seus robustos 11 volumes toda a história do Brasil. De proporções bem menores, mas de modo algum menos importante, é publicado ainda nessa década, em 1968, *Brasil em Perspectiva*, organizado por Carlos Guilherme Mota. De lá para cá, outras valiosas coletâneas foram editadas. Todavia, um traço merece ser destacado – elas se tornaram cada vez mais temáticas. Basta que nos lembremos dos recentes trabalhos organizados por István Jancsó para termos dois exemplos bastante significativos dessa alteração de forma e de princípios que ocorreu em nossa disciplina.¹

A razão dessa alteração está sem dúvida relacionada à profissionalização da área, ligada por sua vez à rápida expansão dos programas de pós-graduação no Brasil. Os livros mencionados acima congregam – para usar a classificação proposta por José Murilo de Carvalho na apresentação de *O Brasil Imperial* – três gerações de historiadores, começando a contagem a partir do século XX. Desse modo, o objetivo desses últimos empreendimentos diversificaram-se. A proposta não é mais a de oferecer ao leitor grandes sínteses, à moda dos mosaicos de Fernand Braudel. Pensar sua história significa – ainda que alguns cultivem o sonho de uma história total – incorporar novos objetos e, sobretudo, discutir parâmetros de pesquisa, respondendo às exigências de uma reflexão continua sobre seus métodos e – como nos ensinou Manoel Salgado Guimarães – às demandas sociais postas pela contemporaneidade das sociedades industrializadas.²

O Brasil Imperial parece situar-se, assim, a meio caminho entre essas tradições. Não se articula em torno de um tema, abraçando, como indica seu título, um grande arco temporal. Mas, por outro lado, assume a difícil tarefa de conduzir o leitor não apenas por histórias – recontando episódios consagrados e abordando temáticas pouco conhecidas – como por um encorpado tecido historiográfico, com teses que inauguraram perspectivas inovadoras por meio de um exaustivo trabalho com fontes documentais e de um amplo diálogo com nossa tradição historiográfica, bem como açambarca o melhor da produção internacional.

Para a execução dessa proposta, *O Brasil Imperial* é dividido em três volumes, todos organizados por Keila Grinberg e Ricardo Salles, que assinam também três capítulos. A organização indica o lugar social de produção de conhecimento

¹ Referimo-nos aos livros: *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Editora Hucitec / FAPESP, 2005; e *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Editora HUCITEC, Editora UNIJUÍ, FAPESP, 2003.

² Manoel Salgado Guimarães. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: Martha Abreu; Rachel Soihet; Rebeca Gontijo. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

em que se ancora a obra. Parte significativa dos colaboradores, assim como os organizadores, integram o Centro de Estudos do Oitocentos (CEO), um núcleo de pesquisa com sede na Universidade Federal Fluminense e que congrega, desde 2002, pesquisadores de diversos estados do Brasil.

É nessa chave de leitura que podemos entender ainda o artigo *Estado e política na independência*, de Lúcia Bastos Pereira das Neves. Partindo, assim como Cecília de Salles Oliveira, de um referencial teórico dado pela história dos conceitos, logo nas primeiras linhas do artigo é possível encontrar Lúcia Bastos problematizando a independência como um dos momentos fundadores da nação, a partir do qual, através de um jogo de identidades e oposições, a historiografia tem erguido descrições e interpretações sobre o império do Brasil. A proposta leva-nos a mais uma discussão historiográfica, apresentada nesta resenha, no entanto, com uma singularidade: Lúcia Bastos conduz o leitor por um minucioso percurso, que tem início com a obra encomendada por d. Pedro I, *Introdução à história dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, de José da Silva Lisboa, e segue até as produções da década de 1990, passando por José Inácio de Abreu e Lima, Francisco Adolfo de Varnhagen e pelos principais expoentes da historiografia do século XX.

Depois de apresentar ao leitor essas “visões do passado”, o artigo de Lúcia Bastos mergulha com igual erudição no processo de independência e suas histórias, caracterizadas por um modo específico de governar, o do primeiro imperador. O ponto central do artigo – formulado com clareza pela autora, mas que atravessa o conjunto dos textos do livro – é refletir sobre as continuidades e rupturas provocadas pelo movimento de emancipação no pacto, outrora, estabelecido entre as partes da América e a coroa portuguesa. O problema da convivência paradoxal entre instituições novas, fundadas em uma cultura política nitidamente moderna, e uma sociedade altamente hierarquizada e assentada na escravidão.

A ambiguidade e a tensão produzida por essa convivência entre formas antigas e modernas de pensar e agir também são tematizadas pelo quarto artigo do livro, assinado por Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira. A proposta, no entanto, é revisionista: reavalia o que considera ser uma tendência da historiografia para abordar o primeiro reinado como um “período tampão” entre a independência e a verdadeira libertação nacional ocorrida, em abril de 1831, com a abdicação de d. Pedro I. De forma instigante, começa lembrando-nos que foi nesse período que todo o edifício legal e político do império foi erguido, com a criação de novas e o reajustamento de antigas instituições. Os exemplos são eloquentes: a Constituição de 1824, a lei dos juízes de paz, o Supremo Tribunal de Justiça e o Código Criminal. Em seguida, os autores destacam – explorando dados de pesquisas mais recentes, dentre as quais figuram suas próprias teses – a presença e a participação ativa de populares no debate político da época, fosse por meio de revoltas e burburinhos ou por mecanismos formais, como petições e representações. Esse é um ponto chave do artigo. Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira propõem uma reelaboração dos marcos

cronológicos tradicionais, ainda vinculados a episódios formais da grande política, de modo a incorporar o primeiro reinado na discussão sobre a construção do Estado e a constituição da nação. Assim, 1822 seria o início de um período que prosseguiria até 1837, quando a ascensão do regresso conservador estancou militarmente as revoltas e estreitou firmemente as margens do debate político.

Patrícia Melo Sampaio, ao escrever sobre a *Política indigenista no Brasil imperial*, abre esse primeiro volume de *O Brasil Imperial* a temáticas mais específicas. No caso, a um problema ainda pouco explorado pela historiografia: qual o lugar dos índios no amplo e tenso debate sobre a constituição da nação nas primeiras décadas do XIX. Afinal, como mostra a autora, o Estado cultivava, desde a chegada da corte imperial ao Rio de Janeiro, uma posição ambígua. Ao mesmo tempo em que sancionava “guerras ofensivas” contra os índios, reivindicava um passado comum, mestiço, para constituir a identidade dessa nova nação americana. A tônica do debate, no entanto, não é mais o problema de acesso à mão-de-obra, tão comum durante o período colonial. A questão indígena confundia-se, agora, com a questão da terra. E foi por via dessas considerações que Patrícia Sampaio elegeu o “Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios”, aprovado no ano de 1845, como objeto de estudo do seu artigo. O resultado foi a elaboração de um criterioso inventário de temas e problemas de investigação, tão diverso quanto as experiências produzidas pelo que se convencionou chamar “legislação indigenista”.

Em *A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão*, Beatriz Gallotti Mamigonian enfrenta a difícil tarefa de sistematizar, com base nos avanços da historiografia sobre escravidão, nos últimos anos, um tema que esteve no centro das preocupações dos coetâneos envolvidos na construção do Estado nacional – a política de defesa do tráfico de escravos e de manutenção da escravidão. No artigo, o leitor pode ver restituída, em toda sua complexidade, os dilemas de uma geração premida, por um lado, pela expansão das atividades econômicas que demandavam mão-de-obra escrava e, por outro, pela pressão britânica que, apoiada em um discurso humanitário, pretendia cortar essa oferta. Em meio a essas disputas, o que surge é um Estado estruturado – como defende Beatriz Mamigonian – para defender a ordem escravista, mantendo uma política externa de resistência às pressões britânicas e associando internamente os interesses de traficantes e proprietários de escravos aos da nação. Política que, após a promulgação da lei de 1831, a qual proibia o tráfico, deixou o Estado na posição incômoda de garantir e proteger por décadas uma propriedade ilegal.

Rebeliões escravas antes da extinção do tráfico, artigo assinado por Keila Grinberg, Magno Fonseca Borges e Ricardo Salles, revisita a Revolta dos Malês e os episódios do Haiti com o intuito de entender – no contexto das rebeliões atlânticas da virada do século XVIII para o XIX -- como o receio de novos levantes somou-se a um temor duradouro que se fazia tanto maior nas regiões

onde a concentração de escravos africanos aumentava com a intensificação do tráfico. É assim que, com argúcia, os autores chegam a Vassouras da década de 1830. As mudanças sociais e demográficas produzidas pelo avanço das fazendas de café e que levaram Vassouras a substituir Paty do Alferes como cabeça da Vila, tornando-se freguesia, em 1837, resultou em alterações nas relações entre senhores e escravos. A principal delas foi a organização dos fazendeiros em torno de uma Comissão Permanente que tentava conter o potencial explosivo dessas relações. Todavia, o sucesso da Comissão, criada logo após o levante de Manoel Congo e que teria vida longa, não se deveu apenas às intervenções realizadas nas relações senhor - escravo. Como argumentam os autores, ela contribuiu também para regradar os conflitos – que, não raramente, envolviam os escravos – entre os próprios senhores pelo controle político local, estabilizando a região e favorecendo a consolidação de uma economia agrária de *plantation* em Vassouras.

Em *Minas Gerais depois da mineração [ou o século XIX mineiro]*, Eduardo França Paiva oferece ao leitor uma “visão panorâmica” da sociedade, economia e política mineira oitocentista através de um diálogo rico e extenso com a historiografia dedicada ao estudo da região. O ponto de partida do texto é a análise de uma memória – firmemente assentada em diversas produções intelectuais (historiográficas, memorialistas, didáticas, técnicas) – que contrapõem à imagem da exuberância colonial a de uma Minas Gerais oitocentista decadente, cujo declínio é associado ao esgotamento das veias auríferas e da coleta de diamantes. Mas essa interpretação é produto de uma perspectiva cíclica e etapista da economia, que rebate na visão mais geral sobre a organização da sociedade mineira. E foi para desarticulá-la que Eduardo França Paiva recorreu ao que chamou de historiografia revisionista, conduzindo (e, talvez, apresentando) o leitor por uma outra Minas Gerais.

O capítulo intitulado *Conflitos no rio da Prata*, de Gabriela Ferreira, analisa os vários conflitos que envolveram o Brasil e as repúblicas do Prata por meio do processo de construção de cada um dos Estados nacionais da região. A proposta rompe com uma historiografia tradicional, que confunde o tema da independência com o da construção nacional, como se no momento de ruptura dos laços com a antiga metrópole emergissem nessas regiões, já prontas, nações. Inverter essa perspectiva analítica e investigar como, em meio a um jogo tenso de rompimento e conciliação de interesses, projetos nacionais são elaborados é uma tarefa de fôlego. No entanto, através de uma descrição minuciosa, que cruza a produção historiográfica dos países envolvidos nas disputas, a autora consegue oferecer uma espécie de carta de navegação para que o leitor possa atravessar de forma mais segura essas tramas políticas ainda pouco exploradas, e inteiramente imbricadas.

A criação de panoramas históricos também é a opção de Piedade Epstein Grinberg no capítulo *Arte e arquitetura no início do século XIX e o ensino da arte no Brasil*. Nele, o século XVIII é identificado como um momento de viragem nas artes e na arquitetura da América portuguesa, quando as construções com

fins militares e religiosos são substituídas pelas primeiras iniciativas de apoio e financiamento às artes – ou seja, pelo mecenato. Baseando-se nesse marco, a autora elabora sua narrativa, procurando caracterizar, de forma didática, o ofício, o lugar social ocupado pelo artista, além de tendências estilísticas. O resultado é uma visão progressista, da arte pensada por fases. Assim, a chegada da família real ao Rio de Janeiro é apresentada ao leitor como o início de um novo ciclo, de grande incremento da influência estrangeira no Brasil, cuja missão artística francesa, de 1816, representa o seu maior símbolo. Como afirma a autora, ela inicia o ensino oficial das artes no Brasil.

O último capítulo desse volume da coleção analisa a dinâmica da Igreja Católica no Brasil durante o século XIX. Intitulado *A religião do Império e a Igreja*, nele, Guilherme Pereira das Neves explora, esbanjando erudição, a ideia do brazilianista George Boehrer de que religiosa e intelectualmente o Brasil do século XIX foi um país pombalino. A chave, oferecida pelo autor, para explicar curiosa e paradoxal herança encontra-se no padroado da época moderna – que, simplificando, significa uma troca de obrigações e de direitos entre a Igreja e um indivíduo, ou uma instituição. Em 1456, o infante d. Henrique obteve da Santa Sé o direito de padroado sobre as regiões ao sul do Equador e, com a criação da Mesa da Consciência e Ordens, consolidou-se a ideia de que são do soberano os direitos e obrigações obtidos por d. Henrique, ou seja, de implantação e conservação do culto na América portuguesa. É essa tradição que, malgrado as luzes do século do século XVIII, vai, pelas mãos do marquês de Pombal, enraizar-se em Portugal. Revisitando as discussões sobre religião travadas pelos deputados que, em 1823, elaboraram o primeiro projeto de Constituição, Guilherme Pereira das Neves reencontra, plenamente ativa, e compartilhada por quase totalidade da elite, a mesma concepção de que a jurisdição eclesiástica não era própria da Igreja, mas permissão dos soberanos e de que, desse modo, a Igreja está no Estado. E, assim, o autor conclui que, mesmo com a extinção da Mesa de Consciência e Ordens em 1828, essa concepção do padroado segue em vigor até o final do Império, só se mostrando crítica, inteiramente anacrônica, na década de 1870, quando eclodiu a chamada “questão religiosa”.

O Brasil Imperial, volume I – 1808-1831, reunindo catorze especialistas em torno de onze capítulos, é sem dúvida leitura fundamental para a compreensão dos caminhos da recente produção historiográfica sobre o processo de emancipação, de formação do Estado e de constituição da nação brasileira. Fica, assim, o convite à leitura.